



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

Justiça Ambiental e bem comum em questão: mineração, populações e água em Barcarena (PA)

Autoria: Amanda Mesquita Cristo, Amanda Mesquita Cristo Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Neste work trazemos como objeto de discussão, pela perspectiva da justiça ambiental, o acesso e a gestão da água, enquanto um bem comum, no município de Barcarena (PA) em contexto marcado pelas atividades de mineração da Hydro Alunorte, conhecida como a maior refinaria de bauxita do mundo. Atividades essas, consideradas como poluentes em grau elevado resultam em alterações significativas no ecossistema, nos modos de vida, nas práticas econômicas e culturais de comunidades agricultoras, extrativistas e pescadoras. À luz da noção de justiça ambiental e do uso social dos recursos territoriais, em meio aos quais se destaca a água, o objetivo aqui é refletir sobre os desafios postos ao acesso dos recursos e as respostas em termos justificativas, de mobilizações e ações das populações enquanto resistências, confrontos e negociações com a mineradora, ator cuja atuação é reveladora da apropriação privilegiada de bens comuns, cujo ônus em termos de desestruturação socioambiental tem sido pago pelas comunidades. Defender-se da injustiça colocada quanto à distribuição desigual dos riscos e prejuízos socioambientais a partir da contaminação das águas pelas atividades industriais, é o que leva à denúncia e enfrentamentos em Barcarena realizados pela Cainquiama (Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia), cuja dinâmica social e política vem sendo acompanhada através de pesquisa empírica, documental e bibliográfica. Resultados preliminares demonstram a ausência dos poderes públicos na realização de uma gestão dos bens comuns adequada à garantia do bem estar das populações cujas relações com o território contribuem para o seu equilíbrio ecossistêmico, ao contrário dos efeitos deletérios das atividades mineradoras, comumente identificadas com o progresso e o desenvolvimento, a modernidade e o crescimento econômico, cujos benefícios, ainda que existam, não são alcançados, pelas populações caboclas, indígenas ou quilombolas.



[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

